

DIRETORIA DE COMUNI E TEC. DA INF. DA MARINHA

# Termo de Referência 226/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
226/2025	749000-DIRETORIA DE COMUNI E TEC. DA INF. DA MARINHA	MARCELLO ALVES REIS	26/03/2026 08:58 (v 0.12)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63394.050233/2025-53

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS de aquisição de rádio enlaces digitais e equipamentos de infraestrutura para o emprego na Rede de Comunicações Integradas da Marinha (RECIM) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	UF	QTD	Preço Unitário	Preço Total
1	Antena parabólica 2,2 GHz, diâmetro de 2,0 m, polarização dupla	UN	8	R\$ 26.112,03	R\$ 208.896,24
2	Radioenlace Digital 5 GHz	UN	6	R\$ 179.314,57	R\$ 1.075.887,42
3	Radioenlace Digital 6 GHz	UN	6	R\$ 149.846,36	R\$ 899.078,16
4	Radioenlace Digital 8 GHz	UN	6	R\$ 153.163,03	R\$ 918.978,18
5	Antena parabólica 8 GHz, diâmetro de 0,9 m, polarização dupla	UN	8	R\$ 16.021,19	R\$ 128.169,52
6	Antena parabólica 8 GHz, diâmetro de 1,8 m, polarização dupla	UN	4	R\$ 33.402,90	R\$ 133.611,60
7	Radioenlace Digital 13 GHz	UN	10	R\$ 161.929,69	R\$ 1.619.296,90
8	Antena parabólica 13 GHz, diâmetro de 1,2 m, polarização dupla	UN	10	R\$ 21.909,17	R\$ 219.091,70
9	Radioenlace Digital 15 GHz	UN	6	R\$ 133.506,36	R\$ 801.038,16
10	Antena parabólica 15 GHz, diâmetro de 1,2 m, polarização dupla	UN	8	R\$ 20.275,56	R\$ 162.204,48
11	Radioenlace Digital 23 GHz	UN	4	R\$ 153.267,42	R\$ 613.069,68
12	Módulo interno para radioenlace (Indoor Unit – IDU)	UN	15	R\$ 35.941,16	R\$ 539.117,40
13	Módulo externo para radioenlace (Outdoor Unit – ODU)	UN	30	R\$ 26.698,35	R\$ 800.950,50
14	Unidade retificadora 127/220Vac, -48 Vdc, 10A	UN	20	R\$ 7.977,79	R\$ 159.555,80

15	Unidade retificadora 127/220Vac, -48 Vdc, 30A	UN	4	R\$ 18.272,19	R\$ 73.088,76
16	Gabinete de equipamentos 19", altura 24U	UN	10	R\$ 5.110,00	R\$ 51.100,00
17	Gabinete de equipamentos 19", altura 44U	UN	10	R\$ 8.300,00	R\$ 83.000,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou da data de emissão do substitutivo (se for o caso), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Conforme previsto no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, a validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6.1 - O fornecimento do objeto será integral.

1.7. O detalhamento dos itens do pregão encontram-se abaixo:

#### 1.7.1 - REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 1

- a. Antena parabólica vazada, com diâmetro de 2 m, para enlaces na faixa de 2,2 GHz;
- b. Frequência de operação: 2000-2300 MHz;
- c. Polarização dupla H/V;
- d. Discriminação de polarização cruzada maior ou igual a 20 dB;
- e. Suportar carga de vento de sobrevivência superior ou igual a 160 km/h;
- f. Proteção contra corrosão;
- g. VSWR menor ou igual a 1.3:1;
- h. Impedância nominal: 50 Ohm;
- i. Potência Máxima de entrada:  $\geq 100$  W;
- j. Homologação pela Anatel;
- k. Ganho mínimo de 27,0 dBi, no meio da faixa de operação; e
- l. Relação frente-costa maior ou igual a 35 dB.

#### 1.7.2 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 2

- a. Cada unidade de Sistema de Rádio enlace Digital deverá ser composta por 2 (duas) Unidades Internas (IDU – Indoor Unit) e 4 (quatro) Unidades Externas (ODU – Outdoor Unit) (ponta A e ponta B), configurados para operação conjunta;

- b. Deverá operar com modulações entre 4 e 1024 QAM (ou modulações equivalentes na relação bit/símbolo), em modo adaptativo e fixo, além de permitir ser configurado nas larguras de banda permitidas pela ANATEL;
- c. Possuir módulo XPIC para dobrar a capacidade de transmissão do rádio utilizando mesmo canal em polarizações diferentes;
- d. IDU deverá permitir empilhamento com outra IDU para expansão da capacidade de transmissão do enlace;
- e. Interfaces de dados em cada IDU com capacidade de operação simultânea com os seguintes itens:
  - configuração mínima de 4 (quatro) interfaces G.703 a 2 Mbps (8 E1), 75 Ohm;
  - no mínimo 3 (três) interfaces Switch Ethernet 10/100/1000BaseT autosensing, com capacidade de operação simultânea e independente, permitindo o endereçamento IP distinto em cada porta;
  - no mínimo 1 (uma) interface SFP acompanhada de um módulo mini GBIC multimodo (laser de 850 nm) e um módulo mini GBIC monomodo (laser de 1310 nm), ambos com conector LC;
- f. Alimentação: -48 VCC, com fonte de alimentação redundante;
- g. Gabinete da IDU para instalação em bastidores de 19”;
- h. Permitir operação em 1+0, 1+1, 2+0, acompanhado dos kits de fixação adequados para instalação interna e externa;
- i. O rádio enlace deverá possibilitar o gerenciamento, configuração e visualização de status, nos módulos local e remoto, através do protocolo SNMP;
- j. Deverá possibilitar a realização de loop local e remoto de tribuário E1, ethernet e FI;
- k. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;
- l. Funcionamento sem degradação de qualidade nas seguintes condições ambientais:
  - I. IDU – Faixa de variação de temperatura: -5 a +50 °C e umidade relativa: < 95%, sem condensação;
  - II. ODU – Faixa de variação de temperatura: -10 a +55 °C e umidade relativa até 100 %;
- m. Devem acompanhar os equipamentos: Cabeamento de dados e Patch Panels (com conectores IEC 169-13, spinner) para as devidas interconexões, cabos de alimentação e aterramento, cabos de acesso aos módulos de gerência, software de instalação e configuração do rádio, manuais de instalação, configuração e manutenção (meio físico e eletrônico);
- n. As interligações entre as IDU e as ODU ou entre as IDU e as antenas devem permitir a utilização dos cabos de RF especificados nos itens 31 deste Termo de Referência;
- o. Capacidade de transmissão maior que 300 Mbps por canal de operação para uma largura de banda de 40 MHz;
- p. Potência de transmissão, referenciada na saída do transmissor maior ou igual a +22 dBm com modulação 1024 QAM;
- q. Limiar de recepção melhor que -62 dBm, com modulação 256 QAM, utilizando canal com largura de banda de 40 MHz, para BER (Bit Error Rate – Taxa de Erro de Bit) menor ou igual a 10<sup>-6</sup>, referenciado na entrada do receptor do rádio;
- r. Faixas de frequência de operação: 4,41 a 4,91 GHz;
- s. As ODU deverão ser acompanhadas de um Kit de fixação Outdoor (flange UDR48) para atender a configuração 1+1 e 2+0 e permitir o acoplamento das ODU em uma única antena (1.2 m, e 1.8 m), fabricantes Commscope, RFS, Tongyu e outros similares;

- t. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- u. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- v. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

### 1.7.3 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 3

- a. Cada unidade de Sistema de Rádio enlace Digital deverá ser composta por 2 (duas) Unidades Internas (IDU – Indoor Unit) e 4 (quatro) Unidades Externas (ODU – Outdoor Unit) (ponta A e ponta B), configurados para operação conjunta;
- b. Deverá operar com modulações entre 4 e 1024 QAM (ou modulações equivalentes na relação bit/símbolo), em modo adaptativo e fixo, além de permitir ser configurado nas larguras de banda permitidas pela ANATEL;
- c. Possuir módulo XPIC para dobrar a capacidade de transmissão do rádio utilizando mesmo canal em polarizações diferentes;
- d. IDU deverá permitir empilhamento com outra IDU para expansão da capacidade de transmissão do enlace;
- e. Interfaces de dados em cada IDU com capacidade de operação simultânea com os seguintes itens:
  - configuração mínima de 4 (quatro) interfaces G.703 a 2 Mbps (8 E1), 75 Ohm;
  - no mínimo 3 (três) interfaces Switch Ethernet 10/100/1000BaseT autosensing, com capacidade de operação simultânea e independente, permitindo o endereçamento IP distinto em cada porta;
  - no mínimo 1 (uma) interface SFP acompanhada de um módulo mini GBIC multimodo (laser de 850 nm) e um módulo mini GBIC monomodo (laser de 1310 nm), ambos com conector LC;
- f. Alimentação: -48 VCC, com fonte de alimentação redundante;
- g. Gabinete da IDU para instalação em bastidores de 19”;
- h. Permitir operação em 1+0, 1+1, 2+0, acompanhado dos kits de fixação adequados para instalação interna e externa;
- i. O rádio enlace deverá possibilitar o gerenciamento, configuração e visualização de status, nos módulos local e remoto, através do protocolo SNMP;
- j. Deverá possibilitar a realização de loop local e remoto de tribuário E1, ethernet e FI;
- k. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;
- l. Funcionamento sem degradação de qualidade nas seguintes condições ambientais:
  - I. IDU – Faixa de variação de temperatura: -5 a +50 °C e umidade relativa: < 95%, sem condensação;
  - II. ODU – Faixa de variação de temperatura: -10 a +55 °C e umidade relativa até 100 %;
- m. Devem acompanhar os equipamentos: Cabeamento de dados e Patch Panels (com conectores IEC 169-13, spinner) para as devidas interconexões, cabos de alimentação e aterramento, cabos de acesso aos módulos de gerência, software de instalação e configuração do rádio, manuais de instalação, configuração e manutenção (meio físico e eletrônico);
- n. As interligações entre as IDU e as ODU ou entre as IDU e as antenas devem permitir a utilização do cabo de RF especificado no item 31 deste Termo de Referência;

- o. Capacidade de transmissão maior ou igual a 315 Mbps por canal de operação para uma largura de banda de 40 MHz;
- p. Potência de transmissão, referenciada na saída do transmissor maior ou igual a +22 dBm com modulação 256 QAM;
- q. Limiar de recepção melhor que -65 dBm, com modulação 256 QAM, utilizando canal com largura de banda de 40 MHz, para BER (Bit Error Rate – Taxa de Erro de Bit) menor ou igual a  $10^{-6}$ , referenciado na entrada do receptor do rádio;
- r. Faixas de frequência de operação: 5,925 a 6,425 GHz (6L) e 6,44 a 7,1 GHz (6U);
- s. As ODU deverão ser acompanhadas de um kit de fixação Outdoor (flange UDR70) para atender a configuração 1+1 e 2+0 e permitir o acoplamento das ODU em uma única antena (1.2 m, e 1.8 m), fabricantes Commscope, RFS, Tongyu e outros similares;
- t. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- u. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- v. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

#### 1.7.4 - REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 4

- a. Cada unidade de Sistema de Rádio enlace Digital deverá ser composta por 2 (duas) Unidades Internas (IDU – Indoor Unit) e 4 (quatro) Unidades Externas (ODU – Outdoor Unit) (ponta A e ponta B), configurados para operação conjunta;
- b. Deverá operar com modulações entre 4 e 1024 QAM (ou modulações equivalentes na relação bit/símbolo), em modo adaptativo e fixo, além de permitir ser configurado nas larguras de banda permitidas pela ANATEL;
- c. Possuir módulo XPIC para dobrar a capacidade de transmissão do rádio utilizando mesmo canal em polarizações diferentes;
- d. IDU deverá permitir empilhamento com outra IDU para expansão da capacidade de transmissão do enlace;
- e. Interfaces de dados em cada IDU com capacidade de operação simultânea com os seguintes itens:
  - configuração mínima de 4 (quatro) interfaces G.703 a 2 Mbps (8 E1), 75 Ohm;
  - no mínimo 3 (três) interfaces Switch Ethernet 10/100/1000BaseT autosensing, com capacidade de operação simultânea e independente, permitindo o endereçamento IP distinto em cada porta;
  - no mínimo 1 (uma) interface SFP acompanhada de um módulo mini GBIC multimodo (laser de 850 nm) e um módulo mini GBIC monomodo (laser de 1310 nm), ambos com conector LC;
- f. Alimentação: -48 VCC, com fonte de alimentação redundante;
- g. Gabinete da IDU para instalação em bastidores de 19”;
- h. Permitir operação em 1+0, 1+1, 2+0, acompanhado dos kits de fixação adequados para instalação interna e externa;
- i. O rádio enlace deverá possibilitar o gerenciamento, configuração e visualização de status, nos módulos local e remoto, através do protocolo SNMP;
- j. Deverá possibilitar a realização de loop local e remoto de tribuário E1, ethernet e FI;

- k. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;
- l. Funcionamento sem degradação de qualidade nas seguintes condições ambientais:
  - I. IDU – Faixa de variação de temperatura: -5 a +50 °C e umidade relativa: < 95%, sem condensação;
  - II. ODU – Faixa de variação de temperatura: -10 a +55 °C e umidade relativa até 100 %;
- m. Devem acompanhar os equipamentos: Cabeamento de dados e Patch Panels (com conectores IEC 169-13, spinner) para as devidas interconexões, cabos de alimentação e aterramento, cabos de acesso aos módulos de gerência, software de instalação e configuração do rádio, manuais de instalação, configuração e manutenção (meio físico e eletrônico);
- n. As interligações entre as IDU e as ODU ou entre as IDU e as antenas devem permitir a utilização do cabo de RF especificado no item 31 deste Termo de Referência;
- o. Capacidade de transmissão maior ou igual a 447 Mbps por canal de operação para uma largura de banda de 56 MHz;
- p. Potência de transmissão, referenciada na saída do transmissor maior ou igual a +22 dBm com modulação 256 QAM;
- q. Limiar de recepção melhor que -64 dBm, com modulação 256 QAM, utilizando canal com largura de banda de 56 MHz, para BER (Bit Error Rate – Taxa de Erro de Bit) menor ou igual a  $10^{-6}$ , referenciado na entrada do receptor do rádio;
- r. Faixas de frequência de operação: 7,725 a 8,5 GHz (8 e 8,5 GHz);
- s. As ODU deverão ser acompanhadas de um kit de fixação Outdoor (flange UDR84) para atender a configuração 1+1 e 2+0 e permitir o acoplamento das ODU em uma única antena (0,6 m, 0,9 m, 1.2 m, e 1.8 m), fabricantes Commscope, RFS, Tongyu e outros similares;
- t. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- u. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- v. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

#### 1.7.5 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 5

- a. Antena parabólica de alto desempenho, com diâmetro de 0,9 m, para enlaces nas faixas de 8 GHz;
- b. Frequências de operação: 7,125 a 8,5 GHz;
- c. Polarização dupla linear H/V;
- d. Discriminação de polarização cruzada > 30 dB;
- e. Homologação pela Anatel;
- f. Suportar carga de vento de sobrevivência superior ou igual a 170 km/h;
- g. Proteção contra corrosão;
- h. Protegida por Radome;

- i. Ganho mínimo de 34 dBi, no meio da faixa de operação;
- j. VSWR menor ou igual a 1,5; e
- k. Acompanhada de dois guias de onda flexível de 1 metro, flange compatível com a antena e com a flange UBR84 da unidade acopladora externa do rádio.

#### 1.7.6 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 6

- a. Antena parabólica de alto desempenho, com diâmetro de 1,8 m, para enlaces nas faixas de 8 GHz;
- b. Frequências de operação: 7,125 a 8,5 GHz;
- c. Polarização dupla linear H/V;
- d. Discriminação de polarização cruzada > 30 dB;
- e. Homologação pela Anatel;
- f. Suportar carga de vento de sobrevivência superior ou igual a 170 km/h;
- g. Proteção contra corrosão;
- h. Protegida por Radome;
- i. Ganho mínimo de 40 dBi, no meio da faixa de operação;
- j. VSWR menor ou igual a 1,5; e
- k. Acompanhada de dois guias de onda flexível de 1 metro, flange compatível com a antena e com a flange UBR84 da unidade acopladora externa do rádio.

#### 1.7.7 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 7

- a. Cada unidade de Sistema de Rádio enlace Digital deverá ser composta por 2 (duas) Unidades Internas (IDU – Indoor Unit) e 4 (quatro) Unidades Externas (ODU – Outdoor Unit) (ponta A e ponta B), configurados para operação conjunta;
- b. Deverá operar com modulações entre 4 e 1024 QAM (ou modulações equivalentes na relação bit/símbolo), em modo adaptativo e fixo, além de permitir ser configurado nas larguras de banda permitidas pela ANATEL;
- c. Possuir módulo XPIC para dobrar a capacidade de transmissão do rádio utilizando mesmo canal em polarizações diferentes;
- d. IDU deverá permitir empilhamento com outra IDU para expansão da capacidade de transmissão do enlace;
- e. Interfaces de dados em cada IDU com capacidade de operação simultânea com os seguintes itens:
  - configuração mínima de 4 (quatro) interfaces G.703 a 2 Mbps (8 E1), 75 Ohm;
  - no mínimo 3 (três) interfaces Switch Ethernet 10/100/1000BaseT autosensing, com capacidade de operação simultânea e independente, permitindo o endereçamento IP distinto em cada porta;
  - no mínimo 1 (uma) interface SFP acompanhada de um módulo mini GBIC multimodo (laser de 850 nm) e um módulo mini GBIC monomodo (laser de 1310 nm), ambos com conector LC;
- f. Alimentação: -48 VCC, com fonte de alimentação redundante;
- g. Gabinete da IDU para instalação em bastidores de 19”;

- h. Permitir operação em 1+0, 1+1, 2+0, acompanhado dos kits de fixação adequados para instalação interna e externa;
- i. O rádio enlace deverá possibilitar o gerenciamento, configuração e visualização de status, nos módulos local e remoto, através do protocolo SNMP;
- j. Deverá possibilitar a realização de loop local e remoto de tribuário E1, ethernet e FI;
- k. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;
- l. Funcionamento sem degradação de qualidade nas seguintes condições ambientais:
  - I. IDU – Faixa de variação de temperatura: -5 a +50 °C e umidade relativa: < 95%, sem condensação;
  - II. ODU – Faixa de variação de temperatura: -10 a +55 °C e umidade relativa até 100 %;
- m. Devem acompanhar os equipamentos: Cabeamento de dados e Patch Panels (com conectores IEC 169-13, spinner) para as devidas interconexões, cabos de alimentação e aterramento, cabos de acesso aos módulos de gerência, software de instalação e configuração do rádio, manuais de instalação, configuração e manutenção (meio físico e eletrônico);
- n. As interligações entre as IDU e as ODU ou entre as IDU e as antenas devem permitir a utilização do cabo de RF especificado no item 31 deste Termo de Referência;
- o. Capacidade de transmissão maior ou igual a 447 Mbps por canal de operação para uma largura de banda de 56 MHz;
- p. Potência de transmissão, referenciada na saída do transmissor maior ou igual a +20 dBm com modulação 256 QAM;
- q. Limiar de recepção melhor que -64 dBm, com modulação 256 QAM, utilizando canal com largura de banda de 56 MHz, para BER (Bit Error Rate – Taxa de Erro de Bit) menor ou igual a  $10^{-6}$ , referenciado na entrada do receptor do rádio;
- r. Faixas de frequência de operação: 12,75 a 13,25 GHz;
- s. As ODU deverão ser acompanhadas de um kit de fixação Outdoor (flange UBR120) para atender a configuração 1+1 e 2+0 e permitir o acoplamento das ODU em uma única antena (0,3 m, 0,6 m, 0,9 m, 1.2 m, e 1.8 m), fabricantes Commscope, RFS, Tongyu e outros similares;
- t. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- u. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- v. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

#### 1.7.8 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 8

- a. Antena parabólica de alto desempenho, com diâmetro de 1,2 m, para enlaces nas faixas de 13 GHz;
- b. Frequências de operação: 12,7 a 13,25 GHz;
- c. Polarização dupla linear H/V;
- d. Discriminação de polarização cruzada > 25 dB;
- e. Homologação pela Anatel;

- f. Suportar carga de vento de sobrevivência superior ou igual a 170 km/h;
- g. Proteção contra corrosão;
- h. Protegida por Radome;
- i. Ganho mínimo de 40 dBi, no meio da faixa de operação;
- j. VSWR menor ou igual a 1,5; e
- k. Acompanhada de dois guias de onda flexível de 1 metro, flange compatível com a antena e com a flange UBR120 da unidade acopladora externa do rádio.

#### 1.7.9 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 9

- a. Cada unidade de Sistema de Rádio enlace Digital deverá ser composta por 2 (duas) Unidades Internas (IDU – Indoor Unit) e 4 (quatro) Unidades Externas (ODU – Outdoor Unit) (ponta A e ponta B), configurados para operação conjunta;
- b. Deverá operar com modulações entre 4 e 1024 QAM (ou modulações equivalentes na relação bit/símbolo), em modo adaptativo e fixo, além de permitir ser configurado nas larguras de banda permitidas pela ANATEL;
- c. Possuir módulo XPIC para dobrar a capacidade de transmissão do rádio utilizando mesmo canal em polarizações diferentes;
- d. IDU deverá permitir empilhamento com outra IDU para expansão da capacidade de transmissão do enlace;
- e. Interfaces de dados em cada IDU com capacidade de operação simultânea com os seguintes itens:
  - configuração mínima de 4 (quatro) interfaces G.703 a 2 Mbps (8 E1), 75 Ohm;
  - no mínimo 3 (três) interfaces Switch Ethernet 10/100/1000BaseT autosensing, com capacidade de operação simultânea e independente, permitindo o endereçamento IP distinto em cada porta;
  - no mínimo 1 (uma) interface SFP acompanhada de um módulo mini GBIC multimodo (laser de 850 nm) e um módulo mini GBIC monomodo (laser de 1310 nm), ambos com conector LC;
- f. Alimentação: -48 VCC, com fonte de alimentação redundante;
- g. Gabinete da IDU para instalação em bastidores de 19”;
- h. Permitir operação em 1+0, 1+1, 2+0, acompanhado dos kits de fixação adequados para instalação interna e externa;
- i. O rádio enlace deverá possibilitar o gerenciamento, configuração e visualização de status, nos módulos local e remoto, através do protocolo SNMP;
- j. Deverá possibilitar a realização de loop local e remoto de tribuário E1, ethernet e FI;
- k. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;
- l. Funcionamento sem degradação de qualidade nas seguintes condições ambientais:
  - I. IDU – Faixa de variação de temperatura: -5 a +50 °C e umidade relativa: < 95%, sem condensação;
  - II. ODU – Faixa de variação de temperatura: -10 a +55 °C e umidade relativa até 100 %;

- m. Devem acompanhar os equipamentos: Cabeamento de dados e Patch Panels (com conectores IEC 169-13, spinner) para as devidas interconexões, cabos de alimentação e aterramento, cabos de acesso aos módulos de gerência, software de instalação e configuração do rádio, manuais de instalação, configuração e manutenção (meio físico e eletrônico);
- n. As interligações entre as IDU e as ODU ou entre as IDU e as antenas devem permitir a utilização do cabo de RF especificado no item 31 deste Termo de Referência;
- o. Capacidade de transmissão maior que 400 Mbps para uma largura de banda de 56 MHz;
- p. Potência de transmissão, referenciada na saída do transmissor maior ou igual a +20 dBm com modulação 256 QAM;
- q. Limiar de recepção melhor que -64 dBm, com modulação 256 QAM, utilizando canal com largura de banda de 56 MHz, para BER (Bit Error Rate – Taxa de Erro de Bit) menor ou igual a  $10^{-6}$ , referenciado na entrada do receptor do rádio;
- r. Faixas de frequência de operação: 14,5 a 15,35 GHz;
- s. As ODU deverão ser acompanhadas de um kit de fixação Outdoor (flange UDR140) para atender a configuração 1+1 e 2+0 e permitir o acoplamento das ODU em uma única antena (0,3 m, 0,6 m, 0,9 m, 1.2 m, e 1.8 m), fabricantes Commscope, RFS, Tongyu e outros similares;
- t. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- u. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- v. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

#### 1.7.10 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 10

- a. Antena parabólica de alto desempenho, com diâmetro de 1,2 m, para enlaces nas faixas de 15 GHz;
- b. Frequências de operação: 14,5 a 15,35 GHz;
- c. Polarização dupla linear H/V;
- d. Discriminação de polarização cruzada > 25 dB;
- e. Homologação pela Anatel;
- f. Suportar carga de vento de sobrevivência superior ou igual a 170 km/h;
- g. Proteção contra corrosão;
- h. Protegida por Radome;
- i. Ganho mínimo de 42,3 dBi, no meio da faixa de operação;
- j. VSWR menor ou igual a 1,5; e
- k. Acompanhada de dois guias de onda flexível de 1 metro, flange compatível com a antena e com a flange UBR140 da unidade acopladora externa do rádio.

### 1.7.11 – REQUISITOS TÉCNICOS DO ITEM 11

- a. Cada unidade de Sistema de Rádio enlace Digital deverá ser composta por 2 (duas) Unidades Internas (IDU – Indoor Unit) e 4 (quatro) Unidades Externas (ODU – Outdoor Unit) (ponta A e ponta B), configurados para operação conjunta;
- b. Deverá operar com modulações entre 4 e 1024 QAM (ou modulações equivalentes na relação bit/símbolo), em modo adaptativo e fixo, além de permitir ser configurado nas larguras de banda permitidas pela ANATEL;
- c. Possuir módulo XPIC para dobrar a capacidade de transmissão do rádio utilizando mesmo canal em polarizações diferentes;
- d. IDU deverá permitir empilhamento com outra IDU para expansão da capacidade de transmissão do enlace;
- e. Interfaces de dados em cada IDU com capacidade de operação simultânea com os seguintes itens:
  - configuração mínima de 4 (quatro) interfaces G.703 a 2 Mbps (8 E1), 75 Ohm;
  - no mínimo 3 (três) interfaces Switch Ethernet 10/100/1000BaseT autosensing, com capacidade de operação simultânea e independente, permitindo o endereçamento IP distinto em cada porta;
  - no mínimo 1 (uma) interface SFP acompanhada de um módulo mini GBIC multimodo (laser de 850 nm) e um módulo mini GBIC monomodo (laser de 1310 nm), ambos com conector LC;
- f. Alimentação: -48 VCC, com fonte de alimentação redundante;
- g. Gabinete da IDU para instalação em bastidores de 19”;
- h. Permitir operação em 1+0, 1+1, 2+0, acompanhado dos kits de fixação adequados para instalação interna e externa;
- i. O rádio enlace deverá possibilitar o gerenciamento, configuração e visualização de status, nos módulos local e remoto, através do protocolo SNMP;
- j. Deverá possibilitar a realização de loop local e remoto de tribuário E1, ethernet e FI;
- k. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;
- l. Funcionamento sem degradação de qualidade nas seguintes condições ambientais:
  - I. IDU – Faixa de variação de temperatura: -5 a +50 °C e umidade relativa: < 95%, sem condensação;
  - II. ODU – Faixa de variação de temperatura: -10 a +55 °C e umidade relativa até 100 %;
- m. Devem acompanhar os equipamentos: Cabeamento de dados e Patch Panels (com conectores IEC 169-13, spinner) para as devidas interconexões, cabos de alimentação e aterramento, cabos de acesso aos módulos de gerência, software de instalação e configuração do rádio, manuais de instalação, configuração e manutenção (meio físico e eletrônico);
- n. As interligações entre as IDU e as ODU ou entre as IDU e as antenas devem permitir a utilização do cabo de RF especificado no item 31 deste Termo de Referência;
- o. Capacidade de transmissão maior ou igual que 360 Mbps para uma largura de banda de 56 MHz;
- p. Potência de transmissão, referenciada na saída do transmissor maior ou igual a +17 dBm com modulação 256 QAM;
- q. Limiar de recepção melhor que -63 dBm, com modulação 256 QAM, utilizando canal com largura de banda de 56 MHz, para BER (Bit Error Rate – Taxa de Erro de Bit) menor ou igual a 10<sup>-6</sup>, referenciado na entrada do receptor do rádio;
- r. Faixas de frequência de operação: 21,8 a 23,6 GHz;

- s. As ODU deverão ser acompanhadas de um kit de fixação Outdoor (flange UBR220) para atender a configuração 1+1 e 2+0 e permitir o acoplamento das ODU em uma única antena (0,3 m, 0,6 m, 0,9 m, 1.2 m, e 1.8 m), fabricantes Commscope, RFS, Tongyu e outros similares;
- t. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- u. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- v. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

#### 1.7.12 – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICA DO ITEM 12

Modulo Interno (Indoor Unit – IDU) para realização de manutenção corretiva de rádio enlaces que atendam aos seguintes requisitos técnicos:

- a. Modelo ALCPlus2e/AGS20, fabricante SIAE;
- b. Hardware deve vir equipado com no mínimo as seguintes interfaces de cliente: 4 (quatro) Ethernet 10/100 /1000BaseT autosensing, 2 (duas) Ethernet para módulo SFP e 04 (quatro) interfaces G.703;
- c. Capaz de operar em sistema ALCPlus2, ALCPlus2e e AGS20, fabricante SIAE, operando em configuração 1+1, 2+0 e 2+0(Xpic), nas faixas 6U, 8, 11, 15, 18 e 23GHz, de propriedade da Marinha, sem necessidade de software e hardware adicional; e
- d. Devem acompanhar os equipamentos: Cabeamento de dados e Patch Panels (com conectores IEC 169-13, spinner) para as devidas interconexões, cabos de alimentação e aterramento, cabos de acesso aos módulos de gerência, software de instalação e configuração do rádio, manuais de instalação, configuração e manutenção (meio físico e eletrônico);
- e. Atualmente, diversos Complexos Navais da Marinha do Brasil dependem da integridade dos sistemas de enlace rádio para acesso à Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM), que utilizam equipamentos do fabricante SIAE Microeletrônica, somando mais de 60 unidades internas (IDU) e 120 unidades externas (ODU) em operação. Esses sistemas permitem a transmissão de dados entre pontos distantes por ondas eletromagnéticas, mas suas unidades eletrônicas são suscetíveis a avarias e exigem substituição por componentes de mesma especificação e fabricante, devido à falta de padronização entre diferentes fornecedores. Assim, quando possível, é preferível recuperar equipamentos avariados para evitar os custos elevados de aquisição e instalação de novos sistemas, especialmente porque os equipamentos atuais da SIAE ainda atendem às necessidades da Marinha.
- f. Dessa forma, ao considerar a análise realizada, conclui-se que, conforme o artigo 41º, inciso I, da Lei nº 14.133, a aquisição de equipamentos sobressalentes de IDU referentes ao item 12 desse pregão, do fabricante SIAE Microeletrônica é tecnicamente justificável.

#### 1.7.13 – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 13

Modulo Externo (Outdoor Unit – ODU) para realização de manutenção corretiva de rádio enlaces que atendam aos seguintes requisitos técnicos:

- a. Modelo ASKNXX, fabricante SIAE;

- b. Capaz de operar em sistema ALCPlus2, ALCPlus2e e AGS20, fabricante SIAE, operando em configuração 1+1 e 2+0, nas faixas 6U, 8, 11, 15, 18 e 23GHz, de propriedade da Marinha, sem necessidade de software e hardware adicional; e
- c. Devem acompanhar os equipamentos: kit de fixação outdoor para instalação em híbrida ou suporte existente, tais como parafusos de fixação, conectores de alimentação e aterramento e capa de proteção.
- d. Atualmente, diversos Complexos Navais da Marinha do Brasil dependem da integridade dos sistemas de enlace rádio para acesso à Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM), que utilizam equipamentos do fabricante SIAE Microeletrônica, somando mais de 60 unidades internas (IDU) e 120 unidades externas (ODU) em operação. Esses sistemas permitem a transmissão de dados entre pontos distantes por ondas eletromagnéticas, mas suas unidades eletrônicas são suscetíveis a avarias e exigem substituição por componentes de mesma especificação e fabricante, devido à falta de padronização entre diferentes fornecedores. Assim, quando possível, é preferível recuperar equipamentos avariados para evitar os custos elevados de aquisição e instalação de novos sistemas, especialmente porque os equipamentos atuais da SIAE ainda atendem às necessidades da Marinha.

e.

Dessa forma, ao considerar a análise realizada, conclui-se que, conforme o artigo 41º, inciso I, da Lei nº 14.133, a aquisição de equipamentos sobressalentes de ODU referentes ao item 13 desse pregão, do fabricante SIAE Microeletrônica é tecnicamente justificável.

#### 1.7.14 – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 14

- a. Unidade retificadora 127/220 VCA para –48 VCC;
- b. Tensão de saída: - 48 VCC (ajuste 42 VCC a 58 VCC);
- c. Corrente de saída máxima 10 A;
- d. Tensão de entrada: 127/220 VCA  $\pm$  15%;
- e. Frequência de entrada: 45 a 65 Hz;
- f. Fixação em rack 19”;
- g. Limitação de corrente de saída: ajustáveis entre 70% a 105%;
- h. Sinalização Local: Visual no painel frontal (carga, flutuação, anormalidade e serviço);
- i. Sinalização Remota: contato seco;
- j. Comando Remoto: Comando de Carga e desligamento externo;
- k. Comando Manual: chave liga/desliga, chave carga/flutuação, chave corrente/tensão para leitura no display;
- l. Facilidades: acesso frontal para medição de tensão/corrente de saída;
- m. Conexões: uma saída disponível para bateria e uma para consumidor;
- n. Padrões de compatibilidade eletromagnética (EMC):
  - 1. IEC/CISPR22 classe A (Conduzida e Radiada);
  - 2. IEC61000-4-2(ESD- Descarga Eletrostática); e
  - 3. IEC61000-4-5(Surto).
- o. Proteções:
  - 1. Fusível na entrada AC e nas saídas;

2. Contra surtos de tensão na rede elétrica; e
  3. Sobrecarga/curto-circuito na saída.
- p. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;
- q. Dimensões: altura < 90 mm e profundidade < 250 mm;
- r. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- s. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- t. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

#### 1.7.15 – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 15

- a. Unidade retificadora 127/220 VCA para –48 VCC;
- b. Tensão de saída: - 48 VCC (ajuste 42 VCC a 58 VCC);
- c. Corrente de Saída máxima: 30 A;
- d. Tensão de entrada: 127/220 VCA  $\pm$  15%;
- e. Frequência de entrada: 45 a 65 Hz;
- f. Fixação em rack 19”;
- g. Limitação de corrente de saída: ajustáveis entre 70% a 105%;
- h. Sinalização Local: Visual no painel frontal (carga, flutuação, anormalidade e serviço);
- i. Sinalização Remota: Contato seco;
- j. Comando Remoto: Comando de Carga e desligamento externo;
- k. Comando Manual: chave liga/desliga, chave carga/flutuação, chave corrente/tensão para leitura no “display”;
- l. Facilidades: acesso frontal para medição de tensão/corrente de saída;
- m. Conexões: uma saída disponível para bateria e uma para consumidor;
- n. Padrões de compatibilidade eletromagnética (EMC):
  1. IEC/CISPR22 classe A (Conduzida e Radiada);
  2. IEC61000-4-2(ESD- Descarga Eletrostática); e
  3. IEC61000-4-5(Surto).
- o. Proteções:
  1. Fusível na entrada AC e nas saídas;
  2. Contra surtos de tensão na rede elétrica; e
  3. Sobrecarga/curto-circuito na saída.
- p. Homologação pela Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Anatel;

- q. Dimensões: altura < 50 mm e profundidade < 320 mm;
- r. Dispor de instalações no Brasil com capacidade de efetuar quaisquer manutenções corretivas nos equipamentos;
- s. Garantir o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos fornecidos por prazo não inferior a 5 (cinco) anos; e
- t. Manter assistência técnica aos equipamentos fornecidos, por um período não inferior a 5 (cinco) anos, após o término da garantia.

#### 1.7.16 – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 16

- a. Gabinete de equipamentos 19”;
- b. Largura útil padrão 19” (rack 19” ou 48,26 cm);
- c. Altura útil de 36U ou maior;
- d. Altura útil de 1600,2 mm, equivalente à 36U (unidades de rack);
- e. Mínimo de 60 cm profundidade;
- f. Material: chapas de aço > 1,0 mm espessura tratado e pintado na cor preta;
- g. Kit ventilação forçada para teto com 02 ventiladores 110/220v;
- h. Porta frontal de aço com espelho de plástico ou vidro, com chave;
- i. Possuir barra de cobre para aterramento de equipamentos com seção mínima de 10 mm<sup>2</sup>;
- j. Passagem de cabos pela parte de cima do gabinete;
- k. Régua de alimentação 110/220v no mínimo 12 tomadas;
- l. Régua com no mínimo 6 disjuntores 2 A; e
- m. Equipado com 4 (quatro) bandejas fixas.

#### 1.7.17 – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO ITEM 17

- a. Gabinete de equipamentos 19”;
- b. Largura útil padrão 19” (rack 19” ou 48,26 cm);
- c. Altura útil de 44U ou maior;
- d. Altura útil de 1955,80 mm, equivalente à 44U (unidades de rack);
- e. Mínimo de 60 cm profundidade;
- f. Material: chapas de aço > 1,0 mm espessura tratado e pintado na cor preta;
- g. Kit ventilação forçada para teto com 02 ventiladores 110/220v;
- h. Porta frontal de aço com espelho de plástico ou vidro, com chave;
- i. Possuir barra de cobre para aterramento de equipamentos com seção mínima de 10 mm<sup>2</sup>;
- j. Passagem de cabos pela parte de cima do gabinete;
- k. Régua de alimentação 110/220 V no mínimo 12 tomadas;

- l. Régua com no mínimo 10 disjuntores 2 A; e
- m. Equipado com 4 (quatro) bandejas fixas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.
- 2.3. O objeto dessa contratação não constitui atividade de custeio.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidas, no que couber, as seguintes disposições, baseadas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19/01/2010 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.1.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 4.1.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

Item	Descrição	Fabricante	Modelo
28	Módulo interno para radioenlace (Indoor Unit – IDU)	SIAE	ALCPlus2e / AGS20
29	Módulo externo para radioenlace (Outdoor Unit – ODU)	SIAE	ASNKXX

Subcontratação

- 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato ou da data de recebimento, pelo fornecedor, do instrumento substitutivo (se for o caso).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nas dependências do Depósito de Sobressalentes da Marinha no Rio de Janeiro, situado à Av. Brasil 10500, Olaria, Rio de Janeiro, RJ, com prévia coordenação com a Diretoria de Comunicações Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM).

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 21 (vinte e um) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **Dados de Catalogação**

5.16. A CONTRATADA deverá enviar para a Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha, na ocasião da aquisição de quaisquer itens, uma planilha contendo os seguintes dados:

5.16.1. Nomenclatura;

5.16.2. Descrição;

5.16.3. Código de referência do fabricante;

5.16.4. Part Number;

5.16.5. Número de Série;

5.16.6. Tempo e condições de armazenamento;

5.16.7. Peso com e sem embalagem; e

5.16.8. Volume necessário ao armazenamento.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/09/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 8.486.134,45 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil cento e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 11/09/2025.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021**

### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Conforme previsto no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, a validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

5.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.6. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.7. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.7.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.7.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.7.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.8.3. Indenizações e multas.

5.9. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.10. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEONARDO DE LIMA FREITAS**

Integrante requisitante

**JORGE CARLOS SANTOS PIRES**

Integrante Administrativo

**MARCELLO ALVES REIS**

Integrante Técnico